

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ
Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
Editor—Carlos Maria Coelho



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

ANO V—Número 1.453

Sábado, 18 de Agosto de 1923

PREÇO—20 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL

TELEFONE—5339-C

Officina de impressão—Rua da Atalaia, 111 e 113

Consumidores!

Preparai-vos para resistir contra o
novo assalto da Moagem.

À MERCÊ DOS BANDOLEIROS!

No Pinhal da Azambuja!

O ministro da Agricultura, para poupar ao Estado alguns milhares de escudos, amarra o povo de pés e mãos e entrega-o nas garras das moagens.

Mas quem pode acreditar na economia e boa administração dum Estado que deixa absorver as suas receitas por um exército e uma guarda republicana que de nada servem para o país?

O Estado quer poupar dinheiro. Porque motivo não reduziu o exército e a guarda?

E o povo está disposto a deixar-se roubar?

O ENCARECIMENTO DO PÃO

DECRETA SE A IMPUNIDADE DA MOAGEM E... ...A MISÉRIA DOS CONSUMIDORES

O que se passou na entrevista ontem havida entre o ministro da Agricultura e uma comissão da C. G. T.

Que o pão, o principal alimento da maioria da população vai ser aumentado não pode restar sombra de dúvida. O ministro da Agricultura suprimindo o pão político assim o deliberou.

Ontem uma comissão da C. G. T. procurou a fim de lhe fazer sentir o embaraço em que seriam colocados os consumidores com o novo e incomportável agravamento que representa para a sua bolsa novo aumento do preço do pão.

O procedimento do ministro da Agricultura representa uma violência e uma crueldade. Ele deve saber as delicadas circunstâncias económicas em que o proletariado se encontra devido à febre de lucro das chamadas «forças vivas». Ir, repentinamente, aumentar o preço do pão é manifestar o mais criminoso das despesas pelos interesses da população.

O ministro da Agricultura na rápida entrevista que teve com a comissão fez afirmações que merecem ser narradas e durante as quais escalpeladas.

O Estado não pode arcar com o encargo resultante do chamado pão político. Por isso, o ministro, suprimiu-o. Essa supressão equivale a um aumento no preço do pão. E o ministro perentoriamente declarou que o preço seria aumentado.

Qual será o custo do pão? O ministro não sabe. Que regime de pão será adoptado? Haverá um, dois, três tipos? O ministro ignora-o.

Quem o sabe é a Moagem. E a ela que compete criar o regime do pão. Se quiser criar um tipo único, pode fazê-lo; se entender criar mais dum tipo, ele não se opõe.

A comissão fez sentir o perigo que resultaria para os consumidores no facto da Moagem, ficar, com o direito soberano de fazer o que melhor lhe agrade. Era a população, amarrada de pés e mãos, pelo odioso monopólio.

O ministro respondeu que a Moagem não era um monopólio.

Era quatro ou cinco monopólios. De maneira que pondo esses monopólios à vontade estabelecia entre eles a concorrência. E dessa concorrência resultariam explendidas vantagens para os consumidores.

A Comissão nessa altura, interrompeu-o para lhe fazer sentir que essa concorrência, não existia, nem poderia por essa indesejável razão, resultar vantajosa para os consumidores. Como ele se manifestasse reitante fez-lhe sentir que a concorrência só poderia resultar da abundância do trigo. Ora o trigo não abunda. De modo que a concorrência não passa duma palavra; nem mera aparência de realidade chega a ter.

A fiscalização deixa de existir. O ministro, a esse respeito, afirmou que as fiscalizações do ministério da agricultura são inúteis,

Disse que até hoje ainda não apareceu nos tribunais um único processo por fraude. E as fraudes que se tem feito são innumeráveis. Os diagramas nunca tem sido respeitados. Logo a fiscalização é inútil. E, para comprovar o que afirmava, mostrou à comissão uma carta anónima, escrita a tinta encarnada onde eram agentes da fiscalização acusados de se deixarem subornar.

Todas as suas afirmações condiziam absolutamente com as apreensões que neste jornal fizemos acerca do aumento do preço do pão.

Mas, a população, onde ia ela buscar recursos para enfrentar o aumento do pão, com que ia ser, repentinamente brindada?

A este respeito não pôde ele, apesar do tom enérgico que imprimia as suas palavras dar uma resposta conclusiva e satisfatória. Em troca falou em várias panaceias, que viradas do avesso, apenas são susceptíveis de produzir poeira; uma poeira imponderável que nem sequer conseguirá convencer a pessoa que possua a mais inacreditável boa-fé.

Estava—disse ele—disposto a auxiliar as cooperativas existentes e a favorecer a criação de outras que se formassem fossem elas por ruas ou por bairros. Essas cooperativas poderiam se quizessem ter padarias, fabricar o pão. Os leitores estão vendo, ao mesmo tempo que o ministro realizasse a sua promessa de auxiliar as cooperativas, a ineficácia que resultaria da semelhante medida. Onde iriam as cooperativas adquirir o trigo de que necessitariam para a laboração das

tais padarias? Certamente que à Moagem. E, esse monopólio, ficaria com as cooperativas nas mãos. Se elas lhe requisitassem farinha podia negar-se, alegando os pretextos mais estapafúrdios ou mesmo sem alegar qualquer um. Porém, se colocarmos a hipótese de que as tais cooperativas, que apenas existem no cérebro do ministro e tem expansão nas palavras, que lhe saíram dos lábios, obteriam da Moagem, toda poderosa, o trigo de que precisavam em que condições lhe seria fornecido? Evidentemente, que a Moagem forneceria o trigo em condições tais que tornaria impotentes as cooperativas para prestar benefícios aos consumidores e impedir de concorrência.

E' claro que o ministro se absteve de dizer que auxílios prestaria às cooperativas que existem e de que maneira fariam surgir do nada as tais cooperativas cuja criação ele estaria disposto a promover. As cooperativas são um truque que não vale sequer o tempo que se perde a discutilas. Os intuitos dos ministros são visíveis. Isso das cooperativas é uma maneira como outra qualquer de convencer aqueles que não terão dinheiro para enfrentar o aumento do pão, que ele pode baixar de preço.

De modo que o resumo de todas as suas afirmações cifra-se num grande agravamento do custo da vida, devido à subida do pão. O ministro tem uma profunda certeza de que a maioria da população não poderá pagar o pão pelo preço que a Moagem, devido à sua atitude, vai pôr à venda. E essa

certeza manifestou-a ele, quando declarou à comissão que, em caso de necessidade, se valeria da Manutenção. E, poderia a Manutenção Militar forçar os moageiros a ter, em conta, que o pão não deveria ser vendido a um preço espantosamente elevado? Não, o ministro não quer isso.

«A Manutenção Militar, não fará em caso algum porque em não quero, pão para o consumo de toda a cidade» declarou ele perentoriamente.

E, quem aproveitaria o pão que a Manutenção Militar viesse a fabricar? Aqui também o ministro nos aparece com ideias bastante esquisitas. O pão—diz ele—será fabricado apenas para os mais necessitados. E quem são os mais necessitados? O ministro, sempre enérgico, é que decidirá. E como fará ele a distinção entre os que podem alimentar a Moagem e os que precisam do pão da Manutenção. O ministro não hesita. Mandar fazer senhas e distribuí-las. Quem tiver senha é necessitado. E, quem não tiver não o é. Mas, assim aparecem as bichas do pão. Não aparecem, volvem o ministro. Como a comissão mostrasse a sua estranheza perante essas afirmações ele respondeu que esteve num país onde o pão fora fornecido, durante quatro anos, por meio de senhas, sem haver bichas. O argumento é fortíssimo. Se não houve bichas em Paris, também as não haverá em Lisboa.

Trata-se pois dum ministro bem extraordinário.

E a população estará disposta, a ser condenada à miséria, em holocausto à sua audácia?

O CONGRESSO DO PROFESSORADO

Uma sessão dedicada aos professores já falecidos—Recordam-se as prestigiosas figura de Vergílio e Manaças

Notas e impressões do nosso enviado especial

(Do nosso enviado especial)
LEIRIA, 17.—T.—A sessão de homenagem aos professores falecidos abriu às 9.45 horas. O palco encontrava-se guardado de fotografias desses malogrados professores.

O sr. Manuel Barroso expôs os fins da sessão. Depois indica e o congresso aceita, para presidente o sr. Pedro de Almeida, que escolheu para secretário D. Alzira Mena, delegada de Tondela e Mendes Cabral, delegado da Guarda.

O presidente fez o elogio dos falecidos, especialmente de Manuel José Gonçalves, jornalista e pedagogo, propondo que a escola que lhe reger fiquem tendo o seu nome.

Belmiro Xavier lembra os serviços prestados pelos professores falecidos à causa da instrução. Mário Vieira, Rodrigues Direito e Mendes Cabral prestam também homenagens incitando os novos a seguir-lhes o exemplo.

Armando Boaventura, ex-professor e representante da *Epoca*, prestando homenagem, invoca os antepassados num discurso pleno de misticismo.

A melhor homenagem

Gomes Belo um dos novos afirma que a melhor homenagem é inspirar-se

no bem da humanidade para que cessem as guerras e os ódios. Lembra, saudoso, o professor Manaças, dizendo que ele queria a escola integrada na evolução dos tempos.

Manuel da Silva num interessante discurso diz que a melhor homenagem não é falar de mortos que foram homens do seu tempo, mas prosseguindo unidos nas lutas futuras. Se Vergílio e Manaças não estavam inspirados com outros falecidos nas mesmas crenças, tinham crença na moderna filosofia inspirada em melhores dias.

Faria Artur leu um discurso que era um verdadeiro hino à solidariedade que é o triunfo do ideal. Falaram ainda Maurício, Berme, Augusto Martins e Almeida Costa que afirmam serem Vergílio e Manaças as águas da classe.

Anarquista como Vergílio que foi um exemplo cheio de beleza espiritual e amor profissional, e a humanidade. A melhor homenagem é continuar a sua obra.

O presidente encerrando a sessão, declarou-se satisfeito com as afirmações do congresso e com a presença do representante do operariado do qual fez rasgado elogio. O seu discurso foi coroado com uma salva de palmas. A

sessão foi encerrada pelas 12 horas. Muitos congressistas retiraram-se de Leiria após esta sessão.

Eleição dos corpos directivos

LEIRIA, 17.—T.—Da segunda sessão magna que decorreu agitada forneceram-nos uma nota oficial que diz terem sido aprovadas as alterações aos estatutos para actualizar. Foi eleito em escrutínio secreto, por 101 votos, secretário geral Manuel Barroso. Este quegera a nomeação mas instado acabou por aceitar. Procedendo-se à eleição do conselho central foram proclamados: António José Barros, por Viana do Castelo; António da Silva Belisa, por Braga; Carlos Silva, por Vila Real; Augusto Alves Oliveira, pelo Porto; José Teixeira Costa, por Aveiro; António Baptista de Almeida, por Coimbra; Alberto Maria Carvalho, por Agueda; João Alves Lopes Manso, por Castelo Branco; Joaquim Gomes Belo, por Leiria; António Vicente Sousa Lopes, por Lisboa; Carlos Duarte, por Mortágua; José Luís Guerra, por Morfaga; Manuel Marques Serrão, por Beja; José Rodrigues Peral, por Faro; Ernesto Coelho, pela Africa Ocidental.

REVULSIVOS

Colégas graves, sândos, têm-me feito sentir que nestes tempos bichos, é um privilégio reagir. Contra os sobras testardos.

Quem se retirar-se ao Malheiro E aos bichos que lhe dou Com a tonta do interior. Porque o sujeito abusou Do seu poder financeiro.

Dizem que é meu superior E que, metendo-o a ridículo, Estou sujeito ao dissabor De ficar sem o cabedro. Por tratá-lo com rigor.

Estamos em Democracia E os direitos são iguais. Quem repare a «melhoria» Em proporções desiguais Não tem juiz a corteza.

Se o ofendo, meus senhores, E só é o ofendido. Mas ofensas que favorecem Teem de ser recebidas Milhar's dos seus interiores.

J. B.

PRISÕES INJUSTAS

Foi levantada a incomunicabilidade a Giovanni Michaeli

O caso Giovanni Michaeli
Giovanni Michaeli já não está incomunicável—nem devia tampouco estar preso.

A final para que o mantiveram tanto tempo e ilegalmente incomunicável. As nossas autoridades são assim. Cometem atropelos, perseguem, torturam para nada—para se provar que razão não havia para tanta violência.

O caso Giovanni Michaeli é um exemplo frisante da incoerência das autoridades. Pela segunda vez ele é perseguido sem motivo. Levantaram-lhe a incomunicabilidade, amanhã terão de pô-lo em liberdade.

Mais uma prisão

Foi preso ontem à noite, o camarada Alberto da Silva, quando subia a escadaria da Associação dos Caixeiros para assistir à sessão que ali se realizou. Entre os captores figurava o repugnantisimo bilre que dá pelo nome de António Duarte, que não cança na vilíssima missão a que se dedicou.

Alberto da Silva, que reside na rua do Arco do Carvalho, onde é muito estimado, é o amparo de sua mãe e de três irmãos ainda pequenos, que ficaram

esta humilde carta, a fim de (como V. Ex.ª está vendo) mostrar aos meus amigos, leitores e camaradas brasileiros a estima que tenho por um jornalista que escreve cousas tão verdadeiras...

Fica ao seu dispor o que é De V. Ex.ª Am.ª Mt.ª Obr.ª
Mário Domingues
redactor do jornal *A Batalha* de Lisboa

P. S.—Muito particularmente, peço a V. Ex.ª transmita ao seu esplêndido redactor sr. Orestes Barbosa os meus agradecimentos pelo feliz *soubriquet*—crenço de Moçambique—que sua imaginação original para mim achou. E diga-lhe também que aprecio imenso os versos dos poetas que ele citou: Bakunine, Krapotkine, Gorki e Malatesta...

M. D.

Agora, presados leitores, cumprida a minha obrigação—premiar um jornalista de génio que atravessou o Atlântico para escrever *aqui*—permitam-me que volte ao meu silêncio e goze deliciado esta vaga de calor que ameaça reduzir-me a torresmos.

Mário DOMINGUES

Jornalista de torna viagem

Com um pouco de boa vontade consegue-se elevar o sr. Orestes Barbosa á categoria de pessoa de génio

Uma carta para o director de A PATRIA do Rio de Janeiro

Os leitores sabem quem é o sr. Orestes Barbosa? Não sabem? Vou apresentá-lo, num pedaço de prosa que o seu punho escreveu na *Patria*, do Rio de Janeiro. Pelo dedo se conhece o gigante, pela obra se conhece o homem, pelo trecho que segue, vejamos os leitores se conhecem o sr. Orestes Barbosa:

«Os maximalistas—fortíssimos—tem um diário, cujo programa é anárquico: A *Batalha*».

A *Batalha* tem a sua redacção num prédio enorme, parecido com a nossa Penitenciária.

Mas não ocupa o prédio todo. E' só uma saleta. O resto são cómodos.

Estive na A *Batalha*.

Fui recebido por um creolo de Moçambique, espevitado, que, entre brochuras vermelhas de Bakunine, Kropotkine, Gorki, Malatesta e outros poetas indagou-me da morte da *Voz do Povo*, comentando assim os anarquistas do Brasil:

«Lá eles são muito intrujões. Eu vi aqui alguns deles, que vieram expulsos de lá. Aqui não fizeram roça...»

A *Batalha* prega o crime com todo o gosto.

Faz ameaças trágicas e tem excelente vendagem no mundo trabalhador.

Entre a coragem de seus artigos vi

um em que pedia ao governo para soltar um operário que matara, a tiros, um capitalista, no cemitério dos Prazeres, no dia do enterro do conde de Sabóia, crime que abalou a população.

Conhecem agora o sr. Orestes Barbosa? Sim, é realmente um animalito, vestido de pessoa, de delicadeza afectada, que um dia apareceu aqui, na redacção, a fim de nos apresentar uns cumprimentos, que não lhe solicitamos, e que tivemos a condescendência de receber.

Costumamos ser delicado para quem nos visita—e apesar de—às primeiras palavras nos apercebemos de que o sr. Orestes Barbosa, que se apresentava como jornalista, era uma razoável besta, não abrimos para ele excepção.

Mas o sr. Barbosa, a despeito dos nossos esforços não compreendeu o que lhe dissemos amigavelmente, paternalmente, no intuito de, em poucas e claras palavras, o elucidarmos acerca do movimento operário português. Era lógico que, por uma questão de delicadeza, nos fizessemos um pouco ignorantes das cousas brasileiras e perguntassemos ao recém-chegado como ia lá pelo Brasil a questão social. Orestes, na sua voz arrastada, disse-nos, o que por cá se sabia há muito tempo. E foi

neste momento que nós comentámos a estupidez do governo brasileiro que, desejando vêr-se livre dos «anarquistas» perigosos, expulsava para aqui criaturas que, em regra, não conheciam uma palavra acerca da questão social. Falou-nos também o Orestes num roubo que um cavalheiro qualquer praticara num jornal avançado do Brasil. Essa novidade, fizemos-lhe sentir, era velha para nós.

De tudo isto fez o sr. Orestes aquela linda prosa que acima transcrevemos; e como ela é falsa e além de ser falsa, é má—o que é pior—outro remédio não tivemos se não enviar ao director de *A Patria* a seguinte carta:

Ex.ª Sr. Director do jornal «A Patria»
Rio de Janeiro

Dumas crónicas mal feitas que tenho lido no seu conceituado jornal, depreendi que V. Ex.ª enviou a esta cidade um cavalheiro bem apessoado, de nome Orestes Barbosa, a fim de elucidar os seus numerosos leitores acerca do ambiente que se respira em Portugal.

E poderia dizer-lhe que não me recordo de ter visto, nem em prosa, nem em verso, tanta asneira junta—não o digo, porém, porque não quero estragar ao meu ilustre colega de imprensa

sr. Orestes Barbosa, o sabor delicioso dessa viagem admirável que realizou através do Atlântico...

Limite-me, portanto, a exaltar as qualidades incomparáveis de observador e de jornalista que o seu «enviado especial» possui.

Imagine V. Ex.ª: o sr. Barbosa tem em tão alto grau desenvolvidas as suas faculdades de dedução que, em breves minutos de conversa, adivinhou que, natural da ilha do Príncipe (Africa Ocidental), era um «crenço de Moçambique», Espançol! Maravilhoso!

Mas—apesar de espançol, de maravilhoso o que venho de mencionar a V. Ex.ª, o melhor, o que definitivamente consagra o sr. Barbosa como jornalista arguto é aquela declaração extraordinária que ele me apanhou, a mim, que pretendo prestigiar o movimento operário de todo o mundo: «Lá eles (os anarquistas brasileiros) são uns intrujões».

Se eu realmente não fiz essa declaração, da qual me não recordo, então ainda maior valor tenho de atribuir a sr. Barbosa: ele possui o génio inventivo, a imaginação fecunda, a arte de torcer a verdade!

Peço a V. Ex.ª a subida fineza de no seu jornal, que muito aprecio, publicar

A BOA PAZ

A questão internacional

A situação dos operários russos perante a nova política económica

Com a adopção do novo sistema de política económica, liberdade de comércio e liberdade de indústria, que representa o regresso ao regime burguês, ao liberalismo individualista, dentro do qual se desenvolverão as fortunas e se reconstituirá a propriedade privada—diga-se em contrário o que disserem os que confiam no «furo» que constitui o grande imposto para o Estado comunista—deveria coincidir com a adopção de idéntica liberdade para os proletários—liberdade de associação para a resistência à exploração, liberdade de greve, liberdade de reclamação, liberdade para a livre expressão do pensamento, liberdade, enfim, para os operários, pelo seu esforço próprio, criarem condições de resistência e de progresso.

Tal não sucede, porém, porque o Estado comunista não se dispensa do direito de negociar, nem de exercer a indústria em grande escala e nesta qualidade de duplo patrão, não pode permitir que os operários gozem os direitos que conquistaram na Revolução, mas que perdem ao confiar no mesianismo comunista, imposto sob a forma ditatorial e pela violência do terror.

E' assim que do comunismo de Estado se passou ao Estado capitalista sob cujo regime—como no anterior—os operários sofrem crueldades e misérias inenarráveis—damos crédito ao que nos irá dizer o comunista Lanty e não temos razões para duvidar.

Pela tabela de salários que ele colheu em Moscú em fins do ano passado, 5 anos depois da Revolução, já se pode avaliar das agruras da maior parte do proletariado que, apesar de lidar com milhões, não ganha nem para um quilo de pão de trigo por dia.

E ainda há a acrescentar que é daqueles poucos salários que é extraída uma percentagem destinada aos inválidos.

Pareceria, pois, que o Estado comunista, uma vez que tocou toda a iniciativa dos sovietes livres e não permitiu que os sindicatos gerissem a produção estimulando a sua intensificação como pretendia a «oposição operária»—deveria, ao elaborar o novo Código de Trabalho, revesti-lo de possibilidades dentro das quais os operários pudessem, pelo menos, defender-se das exortações capitalistas.

Mas—já está dito—o Estado comunista é patrão e não há patrão algum que voluntariamente outorgue direitos dos operários se estes os não conquistam.

Assim, por exemplo, segundo o novo código do Trabalho, os operários já não são obrigados, como antes, a fazer parte dos sindicatos; acentuemos que a sindicalização dos operários era obrigatória e não esqueçamos que era com

aqueles massas, que não exprimiam a sua própria vontade, mas a dos comunistas governamentais, que com elas jogavam nas relações do proletariado internacional. Mas se pretendem organizar-se em sindicatos à margem dos oficiais, a sua acção—e não se que, mais tarde, venha a impôr-se, como sucedeu nos Estados burgueses—é nula.

O artigo 155 do Código do Trabalho diz que toda a organização económica que não está registada no conselho local dos sindicatos, não tem o direito de se intitular sindicato profissional ou industrial e não pode gozar dos direitos deste último.

Deste modo o sindicato ou é «oficial» e fica preso à engrenagem do Estado, ou não existe—é o dilema.

Mas há mais. O artigo 140 define as funções do comité de fábrica, que não actua como organismo independente; é a célula básica do sindicato na empresa. O comité de fábrica deve cooperar no desenvolvimento normal da produção nas empresas do Estado, participar por intermédio dos sindicatos correspondentes na regulamentação e na organização da economia nacional.

Isto é a colaboração com o capitalismo imposta pelo Estado comunista, visto que os beneficiários directos, como nos Estados burgueses, são o Estado e os capitalistas a quem é permitido explorar as indústrias. A comprovação de que avanço encontra-se nas tabelas de salários e de custo da vida já publicadas.

Todos os contratos de trabalho, entre patrões e operários, sejam realizados por intermédio dos sindicatos ou firmados pelos operários sem a intervenção dos sindicatos, são obrigatórios.

O direito de greve nem sequer está previsto. E' sempre o carácter de obrigatoriedade absoluta, a despeito de estar demonstrado exuberante e tragicamente a obrigatoriedade, imposta pela lei e correspondentes tribunais, como antes pelo terrorismo policial e militar, não faz de forma alguma aumento a produção, antes pelo contrário.

Pois o novo código, inspirado no marxismo (sic) chega a coartar direitos já reconhecidos pelos códigos burgueses.

E' duro, mas é verdadeiro. Vejamos: Segundo o artigo 24, se um contrato é firmado e se os operários ou empregados a certa altura—como sucede em toda a parte—pretendem uma reconsideração, tem de notificar esse desejo.

ao Estado ou ao patrão particular por intermédio do sindicato, com duas semanas de antecedência; se o contrato é feito sem a intervenção do sindicato, os operários podem fazer a notificação de reconsideração com a antecedência de três dias. Mas o patrão (ou o Estado)

não tem que fazer notificação alguma: despedem o operário ou empregado num dado momento, bastando apenas dar uma justificação constante do Código e uma delas é a «diminuição da produção».

O horário de trabalho é estabelecido pelo artigo 96 do Código do Trabalho, tal como cá pela lei do consúlio Dias da Silva. Mas logo é regulamentada pelo artigo 106, pouco mais ou menos, como foi cá pelo decreto de Vasco Borges.

As horas extraordinárias são admitidas sempre «no caso de execução de trabalhos necessários para a defesa da República e para obstar aos perigos e catástrofes sociais; no caso de execução de trabalhos de carácter público, tais como a iluminação, canalização, o saneamento, os transportes, os serviços postais e telegráficos; no caso de ser necessário concluir um trabalho com urgência, mas que não pode ser terminado a tempo por razões de falta de material; no caso de execução de trabalhos temporários, tais como as reparações e restauração de maquinismos e engrenagens quando o seu abandono levaria à paralisação de trabalho de grande número de operários».

Por estas ou por outras razões e uma delas é, certamente, o parco salário do maior número de operários, as horas extraordinárias constituem por assim dizer regra geral.

O Código do Trabalho estabelece igualmente um tribunal de arbitragem. Mas, segundo o artigo 175, quando uma das partes não cumpre as decisões tomadas, a questão é levada para os tribunais civis. A sentença destes tem que ser obrigatoriamente cumprida.

Nós sabemos muito bem como são organizados os tribunais de arbitragem. Na sua constituição entra sempre um membro de desemprego, que, em regra, se inclina para o lado dos mais fortes. No caso russo os mais fortes são os patrões ou o Estado e está a ver-se que a parte contratante que mais razão terá para recusar o cumprimento dum das decisões da arbitragem é a parte operária. E', pois, muito natural que as decisões finais dos tribunais civis, sempre será forçada a acatá-las.

Deste modo o movimento operário russo, dentro na nova política do Estado comunista, continua encadeado, ou, melhor, algemado pelas gilehetas da obrigatoriedade, «cobertas apenas por uns artigos que fazem o efeito de folhas de parra sobre a liberdade dos sindicatos», como muito judiciosamente comenta Schapiro.

Pelo que respecta às novas liberdades também há algo que dizer. Mas já não pode ser neste. Esse outro aspecto líxolo-emos no artigo seguinte.

M. J. de SOUSA

O momento irlandês

Em torno da prisão de Valera

DUBLIN, 17. — O presidente do comício em que foi preso De Valera desmente a informação oficial que diz que se tinha feito fogo da plataforma dos oradores contra as tropas, afirmando pelo contrário que os soldados romperam fogo sem prevenção nem provocação.

Tem havido aumento de precauções militares nesta cidade.

Os comentários sobre a prisão fora dos meios republicanos referem-se apenas a maneira como ela foi feita, dizendo-se que o governo não devia dar aos seus adversários qualquer motivo para eles poderem afirmar que as eleições não eram livres. O senhor Cosgrave tinha dado a garantia de que as eleições seriam realizadas com a máxima liberdade e se o governo estava muito desajustado de se apoderar de De Valera não devia nunca ter apressado durante as quatro ou cinco semanas que precedem a abertura da campanha eleitoral. A isto respondem as estações oficiais dizendo que o governo nunca deixou de dar estritas ordens às autoridades militares ou à polícia para se apoderarem do senhor De Valera onde e quando o encontrassem.

De Valera, porém, tomou tais precauções para a sua segurança pessoal que conseguiu escapar muitas vezes às redes da polícia. Quando os seus esconderijos eram descobertos já ele tinha fugido. Quando o senhor De Valera foi para Ennis nomeou seu lugar tenente e substituiu na presidência Patrick R. Lifford. Este lançou um manifesto dizendo que visto as promessas do governo acerca da liberdade das eleições serem vãs os republicanos esperando um justo movimento de indignação popular contra o governo continuariam deslealmente nas suas campanhas e na sua acção. A prisão de De Valera, terá como resultado que este seja eleito e aumentará as votações republicanas em círculos do sul, não tendo contudo isto qualquer resultado importante no aspecto geral das eleições.

O governo não indicou ainda se está disposto a julgar o senhor De Valera ou apenas a mantê-lo internado durante o tempo que o interesse público assim o exija.

TEATROS & CINEMAS

Reclames

Em ante-penúltima representação vai hoje à scena, no Nacional, a famosa peça policial «Os 20.000 dólares». Ali não deve, pois, faltar quem quizer assistir a um espectáculo dos mais emocionantes e originais.

Hoje, é o último sábado em que no Apolo se representa a linda peça «As Pupilas do Sr. Reitor», que amanhã se repete ainda e poucas mais recitas dá, não obstante o seu sucesso para dar lugar a subir à scena as peças «A Lei dos Morgados» e a reprise da «Malvaloca».

Continua a bater o record da alegria e revêto «Fado Corrido» em scena no Maria Vitória em duas sessões. A sua graça, aliás, e o belo desempenho que todos os seus intérpretes lhe dão.

CARTAZ

NACIONAL—A's 21, 15—«20.000 dólares»
S. LUIS—A's 21, 15—«Fado Corrido»
AVENIDA—A's 21, 15—«A Chibinha Gata»
POLITEAMA—A's 21, 15—«Alma forte»
APOLO—A's 21, 15—«As Pupilas do Sr. Reitor»
TEATRO—A's 21—«Espectáculo permanente de variedades estrangeiras»
MARIA VITÓRIA—A's 20, 24 e 25—«A Lei dos Morgados»
GIL VICENTE—A's 21—«Flores»

CIRCO DA FEIRA (Parque Eduardo VII):
A's 21, 15 e 25, 15—«Companhia de circo de variedades»
AVENIDA PARQUE (Antigo Parque Mayer)—«Recital de recreios e diversões»
Todas as noites «concertos e iluminação»
SALA FOZ—A's 21, 15—«Animatógrafo»
CHIADO TERRASSE—A's 13 e as 21—«Animatógrafo»
ULMIRA—Animatógrafo.
GONDES (Avenida)—Animatógrafo.
CENTRAL (Avenida)—Animatógrafo.
CINE-PARIS (Rua Ferreira Borges)—Animatógrafo.
LUSO (Teatro)—Animatógrafo.
ROSSIO (Arco Bandeira)—Animatógrafo.
CHATELIER (Avenida)—Animatógrafo.
FROTORIA (Alcázar)—Animatógrafo.
EDEN-CINEMA (Alcázar)—Animatógrafo.

Legítimo metal Auer privilegiado e acreditado universalmente por ser a única que faz boa farsa.

Quidando com as imitações, DUZIA 450 leucos, todas, tubos, pipos e tambores. Fornece para revenda.

CARLOS A. SANTOS

Depósito: Rua do Arsenal, 80—LISBOA

O problema do pão no Porto

6 povo, como uma criança, deixa-se iludir por luminosas aparências.
«Haja pandega e o resto pouco importa!...»

PORTO, 15.—Dizia ontem, todo ancho, um proprietário de padaria: «Ora eu sempre afirmei que o público protestava algum levantamento contra o encarecimento do pão. Ele já está habituado a todas as subidas de preço. Pena é que o aumento não fosse maior... E poz-se a assobiar na frente do seu caixeiro, num tom de chacota e de desprezo pelas bestas dos seus clientes...»

De facto, o industrial de padaria teve razão. Os consumidores são uma cambada de parvos. Não houve o menor queixume, não se verificou o mais ligeiro protesto, não se esboçou o mais ténue conflito. As donas de casa, as que mais primeiro e directamente recebem o choque das diferenças de preço, das oscilações do mercado que desequilibram os orçamentos familiares, acataram a resolução dos padeiros com a maior naturalidade possível. Houve até quem elogiasse a atitude da panificação: «Sim, é mais caro meio tostão, mas o pão é maiorzinho, tem outra graça...»

A bestialidade humana contenta-se com as aparências. As marosses premeditadas, os fins reservados, o fundo das questões, são-lhe indiferentes. Assim, o explorador e respeitável público, que pode e deve pagar mais, muito mais mesmo, não teve a sagacidade de ver que o aumento do volume do pão é uma espécie de reclamação nos primeiros passos, é uma mão cheia de poeira lançada aos olhos dos pacíficos, dos lorpas... E nesta atropalhagem cegueira, esses lorpas não foram capazes de perceber que o tamanho dos pães faziam diferença dum padaria para as outras. E que algumas partes de maior a pressa em pôr em execução a maior resolução tomada: reduzir à expressão mais simples, depois de apalpar o pulso do público a grandeza do massado, que em giria regional significa pão de trigo. Porque está deliberado pela usura padeiral que o pão, passado os primeiros momentos de experiência, tome a configuração dum pilula Pink... «Ah! esta gente do Porto é de bom comer! E' questão de saberem dar-lhe

palha. E, francamente, os proprietários de padaria souberam, desta vez, dar-lha...»

Os patrões da panificação sabiam que ontem se efectuavam duas festas de arromba, uma nos Carvalhos e outra na Serra do Pilar, no concelho de Vila Nova de Gaia, do outro lado do rio. Sabem que o povo do norte é um malquinho por romarias, as quais o fazem esquecer tristuras e amarguras. E' capaz de enpenhar o casaco e os chinélos só para ir espintosear-se nas danças das festas. Portanto, os padeiros industriais, que não são tam puros como supõem, escolheram o dia de ontem para pôrem em prática os seus propósitos de mais um pouco de rapina.

Um industrial de padaria menos fingido, adivinha de princípio logo na segunda-feira com o aumento do pão. Mas logo os outros conclamaram apressadamente: «Não, não, quarta-feira é melhor, porque o povo, entretido com as festas, não repara tanto na roubalheira e dá muito menos aos fofoes...»

E acertaram. Não deu mesmo nada aos fofoes. A ideia predominante nos entontecidos cérebros foi a de estenderem as pernas até às romarias da Senhora da Saúde, nos Carvalhos, e da Senhora do Pilar, na esplanada da serra. Os lavradores e as lavradeiras, para quem a situação económica e social presente, de preferência tem sido uma mina inexgotável de recursos, exibiram as suas riquezas, fazendo dos seus peitos umas ambulantes e bem nutridas vitrines de ouro. Magotes de operários de ambos os sexos abandonaram, forçada ou voluntariamente, o seu trabalho, e foram, ponte fora, espalçar as suas melancolias, abrinhando os festões e os seus quincos e os seus saltos aos sons das violas e das pandeiras. Carroças e caminhões foram vomitados, cheios de lixo, rodado e cheios de gente, nos locais em fraterno pagode... Pensou-se mais a sério nas velhinhas das promessas e na deploração das exilancias e melões, vendidos a 4, 5 e 6 escudos cada, do que no problema do pão. Quem pode dar 5000 por um melão do tamanho dum maça, melhor ainda

não pode pagar \$15 por um trigo da grandeza dum tomate minúsculo...

Desde domingo, a cidade foi atremetada pelo bombardeio dos morteiros. A jocosidade e a alegria tem feito expandir a nossa população, excepcionalmente gaiteira. De maneira que tudo tem decorrido bem, pronunciadamente bem, não havendo um único acontecimento, um único motivo de sensação que sirva para traçar uma crónica em termos. Não há questões morais, económicas ou sociais a tratar. Tudo fixe, tudo bom, tudo feliz...

Por isso, um Adriano Maia qualquer obtemperou, em face de tanta gargalhada pegada e festiva: «A coisa não está tam má como a pintam. Os jornais que querem encher as suas colunas, é que inventam as tragédias; assim como os perturbadores impetentes é que dizem mal disto tudo, por dizerem: E', torcendo o bigode, acrescentou esperança: «Ora deixem estar que, daqui por algumas semanas, o pão, num sentido geral, vai sofrer um novo e sumarento agravo no seu custo. E melhor ainda se, como esperamos, o ministro da Agricultura, que acaba de chegar, esbafordado ao poleiro, afitar com o pão político abaixo e decretar a liberdade de concorrência da indústria de panificação. Então é que é inchar...»

Entretanto, as padarias da Companhia Portugal e Colónias vão vendendo pão de 2.ª povoado de bichos; as fábricas Harmonia e Vitória vão fornecendo farinhas póderas, cheias de mais estranha bicharada, para que o povo do consumidor se converta em viveiro de insetos...

«Oh! mas isso não faz mal O que é preciso é fela, muitos festejos, muitos fandangos. Toca a rir, toca a folgar...» «Que importa que tudo encreque? Ninguém, meus senhores, ninguém...»

E, à porta, já está outra festança com quatro músicos, onde o público irá protestar contra a mariagem moageira e panificadora, contra a mariagem de todo o comércio e indústria, dos proprietários, que tam bem sabem aproveitar as incongruências e as indifferências das palermices populares...

Isto só com um... porrete...

Classes que reclamam

Ferroviários da C. P.

Realizou-se nesta cidade uma reunião magna de ferroviários que foi presidida por João do Vale secretariado por Artur Ribeiro e Mário Guedes. Usou em primeiro lugar da palavra Manuel H. Rijo, que depois de apelar para a união dos ferroviários expôs as demoras efectuadas para a obtenção de aumento de salário. O orador atacou largamente a Companhia que com o aumento das tarifas arrecadou lucros fabulosos e apenas concedeu aos seus empregados uma percentagem irrisória.

Se os empregados não se unirem todos em volta do sindicato a Companhia aproveitará essa fraqueza para cometer represálias.

Sigue-se Mário Castellano que incita os ferroviários a unirem-se para assim forçarem a Companhia a fazer-lhes justiça. Não se deve consentir que a Companhia aumente as tarifas para atender as reclamações aos empregados visto o poder fazer amplamente dentro das tarifas em vigor. Possuem números comprovativos de que a Companhia pode conceder as subvenções e arrecadar lucros fabulosos.

Se vier um novo aumento de tarifas o comércio desforça-se aumentando o custo da vida e os empregados ficarão nas condições económicas anteriores ao aumento.

Falaram ainda, na mesma ordem de ideias António R. Teófilo, José dos Santos e Mário Guedes. A seguir foi aprovada por unanimidade uma moção com as seguintes conclusões:

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Pessoal da Carris

No final foi aprovado o envio dum telegrama ao Conselho Administrativo da C. P., reclamando a rápida satisfação das justas reclamações dos ferroviários.

A sessão que decorreu com grande animação terminou no meio de grande entusiasmo.

Pessoal da Carris

Reúnem, hoje, pelas 19 horas, na sua Associação de Classe, o pessoal da Carris de Ferro, para a Comissão ultimamente nomeada pró-aumento de salário, dar conta dos seus trabalhos.

Operários da indústria de estamparia

Na assembleia geral realizada em 15 do corrente, aprovou-se uma moção para que se reclame salários que habitem a classe a poder manter-se ante a assustadora carestia da vida, constantemente agravada, e para que se distribua um manifesto convidando a classe a reunir em sessão magna para se assentar nas reclamações a fazer ao patronato.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Pessoal da fábrica Cabanas, L.

Reúnem, hoje, pelas 19 horas, na sua Associação de Classe, o pessoal da Carris de Ferro, para a Comissão ultimamente nomeada pró-aumento de salário, dar conta dos seus trabalhos.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

Elevar as mesmas reclamações se não se verificar uma rápida solução do assunto por parte da Companhia;

Acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato neste sentido, oferecendo-lhe exaustivamente toda a força e solidariedade para a defesa dos interesses da classe.

Estar atento às determinações do Sindicato para o bom andamento da questão, agindo de conformidade com os mesmos no momento oportuno.

Reclamar a concessão das reclamações formuladas;

PELA ORGANIZAÇÃO

Em Matosinhos vai fundar-se a União local

MATOSINHOS, 17.—Tendo alguns camaradas de vários organismos pensado na fundação da U. S. O. local, foi resolvido, na assembleia dos associados realizada em 15 do corrente, nomear-se dois delegados com plenos poderes para, conjuntamente com os camaradas nomeados pelos demais sindicatos, se conseguir a efectivação de mais esse baluarte, que tam grandemente virá auxiliar os esforços dos exploradores na demolição da sociedade capitalista.

Os camaradas nomeados são Francisco André e Vicente Elias Garcia, que com a maior dedicação tem trabalhado pelo robustecimento da organização local.

Enfrentamos com esta demonstração de vitalidade que apresentamos como exemplo a seguir nos soldados dos restantes pontos do país.

Festa de solidariedade

No Lisboa Club realiza-se no domingo 2 de Setembro próximo, às 20,30 horas, uma interessante festa em benefício de Manuel Antunes, a braços com uma grave doença há dois meses.

O programa, muito bem elaborado, consta da recitação de monólogos, de um concerto poético por conhecidos cultores da canção nacional, de variações do fado e outros números de seguro êxito.

Os bilhetes encontram-se à venda na Rua da Barroca, 89.

Festa de homenagem

Realiza-se hoje, às 21 horas, no Centro Socialista de Lisboa, rua do Bemfornoso, 150, 2.ª a festa de homenagem a Lingo Constantino, com um programa cheio de surpresas e atractivos.

A Troupe Artística «Amigos da Arte» leva à scena o prólogo social «Amanhã...» e uma bilhante comédia em 1 acto.

Eduardo Relvas e Lingo Constantino exhibirão um magnífico repertório de sortites de prestidigitação.

Haverá um acto de recitativos no qual tomam parte, entre outros amadores Armando Serrão e Gastão Sérgio que recitarão poesias sociais.

A conhecida Troupe de Bandolinistas «Os Bichinhos» farão ouvir um lindo repertório.

Os bilhetes que restem vendem-se à porta.

PEDRAS PARA ISQUEIROS

Metal Auer, assim como roças, óleos, mactasas, tubos, molas, chaminés de 2 e 3 peças, tampões. Vendem-se no Largo do Conde Barão, n.º 55.

Dirigir pedidos a Francisco Pereira Lata, (E' a casa que fornece em melhores condições).

LIMAS

As melhores são as da «União» de Felizes, Vieira de Leiria. Pedir em todas as lojas de ferragens. Rivalizam em preços e têm marcas registadas para os melhores ingleses.

UNIAO

MARCAS REGISTRADAS para os melhores ingleses.

A BATALHA

NA PROVÍNCIA NOS ARREDORES

CEZIMBRA

16 DE AGOSTO

Um desastre mortal

Vítima dum desastre, foi esta madrugada encontrado morto o conhecido negociante de peixe Borrachinho, natural do Barreiro, para onde seguia numa carroça carregada daquele género, quando o animal, espantando-se, deu motivo a que ele se despenhasse numa ribanceira que existe no local denominado «O Padeiro», distante uns 300 metros do lugar de Santana.

Este desastre é o terceiro ocorrido em idénticas circunstâncias, sendo indispensável que se façam na entrada as reparações necessárias, de modo a tornar mais seguro o trânsito de veículos por ela.

A quem competir reclamamos rápidas providências.

Agremiações várias

Caixa de Auxílio a Estudantes do Sexo Feminino.—As alunas subsidiadas por esta instituição devem comparecer na Caixa, no dia 19 do corrente, às 13 horas, para receberem o terceiro trimestre, devendo trazer a nota do aproveitamento, bilhete de identidade e última cota paga.

Legítimo metal Auer privilegiado e acreditado universalmente por ser a única que faz boa farsa.

